

# Pastore começa a renegociação da dívida brasileira

**Nova Iorque** — O presidente do Banco Central do Brasil, Affonso Celso Pastore, reuniu-se ontem com o Comitê de Assessoramento Bancário, em ambiente "bastante favorável", para refinar parte da dívida externa brasileira, que totaliza 98 bilhões de dólares, depois de se reunir, de manhã, com diversos funcionários na sede do Banco do Brasil em Nova Iorque, dando os retoques finais na sua prestação de contas aos bancos.

Pastore, que foi à tarde ao edifício do Citicorp, para dialogar com o Comitê de Assessoramento, disse que "vamos começar a negociar", acrescentando que apresentará uma série de informações sobre a situação do Brasil e os planos para a renegociação. Porém, uma fonte ligada ao Comitê disse que "é uma reunião preliminar, que se estenderá até amanhã (hoje). Parece pouco provável que surja um comunicado ao término das conversações".

Acrescentou que se espera receber a informação do Brasil; que serão feitas perguntas a Pastore, e que a seguir começará o período de consultas entre os bancos. Predomina a impressão de que o processo de negociação só terminará depois da posse do novo governo no Brasil, em meados de março.

Segundo fontes brasileiras, o país precisa fazer face, em 1985, ao pagamento de 20 bilhões de dólares em serviços da dívida externa, que incluem 12 bilhões de dólares em juros.

O Brasil espera ter um superávit de 12 bilhões de dólares em sua balança comercial, podendo aplicá-lo no pagamento de juros, motivo pelo qual ficaria faltando refinar as amortizações do capital inicial — uns oito bilhões de dólares.

A fonte bancária informou que o Brasil "conseguiu avanços muito bons durante os últimos 18 meses ou dois anos, e vários bancos o reconhecem. Por isso é que os representantes do governo brasileiro são agora recebidos em ambiente favorável para a busca de uma solução".

Antes da reunião, o presidente do Comitê de Assessoramento, que reúne os 600 bancos credores, William Rhodes, disse que ainda não tem uma idéia precisa das reivindicações dos brasileiros. Na verdade, os representantes de 14 bancos que compõem o Comitê acreditam que o atendimento das condições brasileiras representaria para os credores um sacrifício muito maior que o exigido pelo México, na medida em que o Brasil vem pagando juros mais altos.